

**O Mundo em Mudança: Deslocamento Temático no Final do Século e Convivência com a Incerteza - *Revista Contemporaneidade e Educação* Ano IV, nº 6 - 2º semestre de 1999, p. 18-48**

**O Mundo em Mudança: Deslocamento Temático no Final do Século e Convivência com a Incerteza**

**Vanilda Paiva<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este texto trata das implicações das grandes transformações que ocorreram nesta última quarta parte do século e seu impacto sobre os temas que foram constituindo a agenda intelectual e política do período e que entrará pelo século XXI. Dá especial ênfase a questões que se situam na confluência da Sociologia da Educação e da Sociologia do Trabalho, seguindo uma tradição alemã que deve ser remetida aos anos 60. Trata as relações entre a qualificação e a nova realidade do trabalho, do emprego e da proteção social.

**Palavras-chave:** qualificação, trabalho, emprego, proteção social, incerteza.

**Deslocamento temático no final do século**

1. As questões que se conectam às transformações que ocorrem na esfera produtiva, bem como aquelas que dizem respeito à qualificação da força de trabalho vêm sendo tratadas com os olhos postos na indústria desde o final do século XIX e, em especial, a partir dos anos 30 do século XX, quando estudos sobre o processo de trabalho encontraram nas fábricas de Detroit o seu *startpoint* específico<sup>2</sup>, desenvolvendo-se posteriormente em sua progressista versão francesa<sup>3</sup>. A questão da qualificação esteve presente como um item entre outros nas pesquisas da Sociologia do Trabalho e mais centralmente em áreas dirigidas especificamente ao campo educacional, como a Economia da Educação. No entanto, somente nos anos subseqüentes ao movimento estudantil de 1968 — gerador de um movimento intelectual que assignou maior importância à área educacional e impulsionou análises teóricas do setor — é que se multiplicaram estudos ligando Educação e Trabalho do ponto de vista das ciências sociais, estabelecendo um entrelaçamento mais claro entre Sociologia do Trabalho e Sociologia da Educação<sup>4</sup>. Ao longo dos

---

<sup>1</sup> Estudou Educação, Sociologia e Romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Coordenou o Projeto do qual este volume da Revista é um dos produtos. Professora da UFRJ e bolsista do CNPq.

<sup>2</sup> Os primeiros estudos acadêmicos sobre o processo de trabalho foram realizados por professores da Harvard School of Business, tendo como base empírica fábricas de Detroit.

<sup>3</sup> Representada, em especial, por Georges Friedmann e Pierre Naville.

<sup>4</sup> No caso específico da Alemanha a conexão entre a Sociologia do Trabalho e da Educação torna-se mais específica e deslancha a partir da Universidade de Frankfurt/M. Sobre o assunto veja-se Paiva, V (1996). Deve ser mencionado que aquela conexão foi mais explícita e intensa na antiga República da Alemanha (RFA), não somente por ter emergido na esteira do movimento político que preparou a revolta de 1968 mas devido a uma ampla difusão do marxismo nas universidades naquele momento e de um debate sobre a importância do setor educacional que – em última instância – foi estimulado pelo Muro de Berlin, como instrumento para impedir a passagem para a RFA de força de trabalho qualificada pela antiga República

anos 60, quando as universidades estavam permeadas pela efervescência que desembocou no movimento estudantil e sob profunda influência do marxismo heterodoxo e de correntes anarquistas, a análise da educação (da política educacional, das funções sociais da educação, de sua conexão com a produção) passou a ser objeto de interesse de intelectuais de variados campos, tendência que entrou pelos anos 70. Também marxistas ortodoxos trataram de apresentar análises deste campo, até então entregue aos interessados em estudos sobre mobilidade social<sup>5</sup>.

No que concerne à relação da política educativa com a produção multiplicaram-se os textos que buscaram identificar as complexas mediações entre a democratização do ensino em geral e as escolas profissionais em especial com o movimento, necessidades e demandas do capital, até desembocar na formação de grupos de pesquisa mais estáveis que enveredaram pela Sociologia do Trabalho a partir de preocupações educacionais — destino diferente dos economistas marxistas que muito cedo passaram a considerar esgotada tal discussão, como foi o caso do próprio Altvater. Paiva trouxe para o Brasil, ainda nos anos 70, esta forma pós-68 de conectar os dois campos<sup>6</sup> tematizando este vínculo de maneira explícita e referindo-o às grandes pesquisas empíricas na antiga República Federal da Alemanha.

Pessoas e grupos passaram a dedicar-se à relação entre Educação e Trabalho no Brasil refazendo um percurso já conhecido em outros países. Repetiram-se (e sobrevivem) aqui exegeses de textos marxistas, que aos poucos foram cedendo lugar ou convivendo com a “ida ao mundo empírico” até desembocar em pesquisas que, não raro, se situam mais no campo da Sociologia do Trabalho do que na Sociologia da Educação; em alguns casos ocorreu uma incorporação de enfoque antropológico e a utilização de histórias de vida. Impulso significativo foi dado ao tema da qualificação na Sociologia do Trabalho a partir do campo educacional através de programa financiado pelo CCDT/CNPq na segunda metade dos anos 90. Já no campo especificamente educacional vem ocorrendo uma certa retomada de questões pedagógicas e uma retomada da filosofia que inclui um retorno ao anterior ponto de partida teórico. Com isso tem ressuscitado a velha prática exegética de vasculhar *O Capital* e os *Grundrisse* numa busca de trechos legitimadores e/ou esclarecedores da qualificação como construção social, terminando alguns não só numa atividade claramente tautológica (porque, afinal, tudo ou quase tudo no mundo é construção social) para chegar — numa lógica implacável — a descobrir (ou redescobrir) a *Ontologia do Ser Social* do velho Georg Lukács. Esta orientação pode facilmente fundir-se com uma “pedagogia do trabalho”,

---

Democrática da Alemanha (DDR). Ficaram famosos, nesta época, estudos que tratavam de fazer uma relação direta entre o desenvolvimento da educação profissional e o da indústria alemã, sendo o mais famoso deles aquele compilado por Elmar Altvater e Freerk Huisken (1971).

<sup>5</sup> Na segunda metade dos anos 60 e primeira metade dos anos 70 não surgiram apenas os conhecidos trabalhos de Pierre Bourdieu e Basil Bernstein, mas textos de autores marxistas que gozavam de grande prestígio acadêmico, como foi o caso de Nikos Poulantzas e Louis Althusser, entre outros.

<sup>6</sup> Dois artigos sobre o tema foram publicados na Revista Síntese no ano de 1977 e reproduzidos posteriormente em Paiva e Rattner (1981),

também amplamente praticada em outros países nos 25 anos dourados do pós-guerra e com expressão na literatura nacional (Kuenzer, 1985).

Mas outras orientações têm permeado a discussão que vincula os campos educacional e produtivo em diferentes países e no Brasil — devendo-se destacar aquela que tem como núcleo duro o conceito de “capital humano” e a sua respectiva crítica (Frigotto, 1984). Conectada à economia da educação, de grande prestígio nos anos 50/70 — e que retorna em sua feição liberal com grande força neste final de milênio, não apenas recuperando seus pressupostos teóricos, mas impondo mundialmente considerações calcadas em análise custo-benefício e em mensuração de eficiência através de testes relativos aos conhecimentos adquiridos e fixados ao longo do percurso educacional — as reformas dos anos 90 tiveram como referência as transformações ocorridas na produção e nas sociedades nas duas últimas décadas. Este é o suporte de uma retomada de conceitos como “capital humano”, rentabilidade dos recursos investidos na educação, eficiência, qualidade, etc. Mas estamos também diante de considerações mais sofisticadas na economia da educação, na medida em que escolaridade, qualificação, *status* e renda já não apresentam uma correlação linear e positiva, ao mesmo tempo em que cresce a importância do capital cultural e social dos indivíduos em suas tentativas de inserir-se no mercado de trabalho ou de encontrar nichos alternativos.

No entanto, em todo o mundo as análises que se desdobraram neste final de século com alguma conexão com o campo educacional, ao abordarem as sucessivas revoluções tecnológicas e suas conseqüências, centraram-se principalmente (e até mesmo quase exclusivamente), sobre o processo de trabalho na indústria, sobre sua organização e sobre as transformações nos planos social, cultural e político (Paiva, 1991) que lhe são associadas. Estudos de grande porte sobre o setor terciário não são abundantes sequer nos países centrais, do mesmo modo que na periferia ainda não se multiplicaram grandemente nem estas pesquisas nem aquelas relativas à informalidade — em que pese sua ampla tematização a partir dos anos 60. Hoje, no entanto, mais do que nunca, a compreensão das mudanças no mundo do trabalho e de sua relação com a educação dos que integram o mercado formal, desenvolvem atividades visando remuneração e consomem os diferenciados produtos da era que, nos anos 80, fora batizada como a da implantação da racionalidade sistêmica<sup>7</sup> em oposição à racionalidade pontual e tópica do fordismo, depende de respostas da pesquisa social teórica e empírica de caráter interdisciplinar, capazes de dar conta de uma realidade do trabalho cujo nóculo central se situa para além da indústria.

Este trabalho nasce da discussão sobre as relações entre Educação e Trabalho na sua versão alemã e respectivos desdobramentos ao longo dos últimos 30 anos. Não se esgota nela, porém. Absorve as questões que têm marcado o debate em diversos outros países centrais e periféricos, além de escolher campos de abordagem empírica que não apenas expressam localmente processos globais no Brasil, mas trazem a marca da conjuntura

---

<sup>7</sup> Veja-se Baethge e Oberbeck (1986). Na literatura mais recente este conceito foi completamente absorvido na análise do setor bancário, em Trentini (1995) que dá o crédito correto a Baethge e ao nomear um de seus sub-capítulos “Alemanha: o conceito de racionalidade sistêmica”.

brasileira dos anos 90. Assim, a discussão teórica que se segue tem como objetivo situar a problemática e ao mesmo tempo servir à compreensão de processos locais e únicos nos quais se fazem presentes as questões que hoje balizam o debate sobre as sociedades e seu futuro.

II. O pano de fundo desta discussão é a reestruturação da produção conectada à difusão da micro-informática e às novas formas de comunicação e correlata transformação organizacional, que não tem apenas assumido um caráter global, mesmo que “desigual e combinado”. Este processo tem jogado mais luz sobre deslocamentos históricos da população ocupada nos setores em que tradicionalmente se dividiu a economia. Tais deslocamentos vêm se aprofundando e seguem o seu curso em direção ao setor terciário, como fundamental instrumento de circulação de mercadorias, e aos serviços pessoais, bem como às múltiplas feições assumidas por crescente informalização e surgimento/reforço de formas alternativas de inserção no mundo do trabalho, através das quais a população economicamente ativa busca contrarrestar a consolidação de novas e a ampliação de velhas formas de desemprego. Em especial, nos países periféricos as novas alternativas somam-se e combinam-se às estratégias clássicas de sobrevivência do segmento já anteriormente excluído do mercado formal de emprego por estruturas menos modernas.

O deslocamento quantitativo em direção aos serviços é indiscutível, reforçado por um enxugamento que acelera e aprofunda o desemprego e o deslocamento das atividades da força de trabalho. Neste particular é preciso chamar a atenção para dois movimentos dos anos 90. O primeiro deles é o revigoreamento destas tendências — especialmente depois da rendição nesta década, em países desenvolvidos e com modelos consolidados de bem estar social, de nichos de resistência à *lean production*<sup>8</sup> (produção enxuta) —, ancorado na justificativa de tentar recuperar o “tempo perdido” em competitividade, com reflexos efetivos e ideológicos, na periferia. No entanto, quaisquer que sejam os atenuantes assentados sobre peculiaridades nacionais, este processo aponta para a tendência a reduzir basicamente o emprego industrial. Aponta também, em anos mais recentes, de forma secundária mas crescente, para a retração do emprego nos serviços em geral e mais notoriamente em seus segmentos mais formalizados — posto que esta parte do setor é igualmente atingida pelas conseqüências da microeletrônica e pelos parâmetros de administração nascidos das novas formas de racionalização (Kronauer, 1995). Não se trata, evidentemente, de uma tendência nova. Afinal, o debate sobre a construção de uma sociedade de serviços tem o seu ponto de partida com Fourastié ainda na primeira metade do século. Esta se tornou, porém, desde os anos 80, um foco de debates de grande importância para a compreensão da vida contemporânea e não sem razão objetiva: na segunda metade dos anos 90 o setor serviços empregava

---

<sup>8</sup> A inevitabilidade da expansão da *lean production* havia sido apontada pelos pesquisadores do MIT no início dos 90 em Womack, Jones e Roos (1990). Idéia duramente contestada até pelo menos 1993, ano a partir do qual o enxugamento se acelerou a todos os níveis também em países que tratavam de proteger seus níveis de emprego e bem estar de forma sistemática. Ver Wittke (1995). Há pesquisadores que consideram que a opção entre a *lean production* e modelos locais continua aberta como Kissler (1996) e Bonazzi e La Rosa (1993). Diga-se ainda que, desde pelo menos 1995, se intensificaram os debates não apenas a respeito dos limites e contradições do enxugamento e da busca de maior competitividade.

71% da população holandesa e 75% dos trabalhadores americanos, além de 61% dos alemães (Klodt/ Maurer e Schimmelpfennig, 1997). Nos nossos dias, o tema “serviços” mescla-se, cada vez mais e de modo profundo, à discussão do setor dito “informal” e a atividades “alternativas” ao mercado formal de trabalho — cuja importância crescente é empiricamente evidente. Há mesmo quem ressalte que esta tendência se conecta ao crescente número dos que estão *working poor*, num processo que cria um grande número de empregos marcados pela tríade estratégica baixos salários/precária qualificação/modelo competitivo (leia-se: barato). O mercado de trabalho nos anos 90, mesmo de configuração americana — ou seja, baixo nível de proteção social provida pelo Estado e marcado pela tríade acima indicada — já não oferece empregos seguros e de longa duração (Aronowitz e DiFazio, 1994).

O segundo diz respeito ao movimento contrário. De um lado, a indústria reconhece que o *optimum* econômico não se encontra numa automação demasiado ampla, mas numa combinação de trabalho humano e maquinária computadorizada. De outro, esta mesma conclusão tem sido tirada da análise dos efeitos de formas organizacionais *lean* no setor serviços e demais atividades, concluindo-se que certo nível de “gordura” parece ser necessário para que as instituições funcionem bem, sejam elas fábricas, escritórios ou aparelhos estatais. O enxugamento radical poderia na verdade impedir uma racionalização efetiva (Auer, 1994). A recente atenção recebida pelos “limites do enxugamento” tem como objetivo indicar que a redução do emprego pode encontrar freios. No entanto, não se vislumbram condições políticas e econômicas capazes de impor o retorno ou a geração de novas e contemporâneas políticas de emprego, renda e proteção social necessárias à reversão do quadro de maneira profunda. Aponta, porém, para a busca de alternativas menos traumáticas no plano pessoal e mais tranquilizadoras no plano político.

Deve-se mencionar, porém, que não apenas tem sido cada vez mais ressaltado que a realidade raramente nos oferece modelos típico-ideais, mas que em geral encontramos a contraditória convivência de diferentes “idades” de racionalização, em misturas as mais variadas. Além disso, têm surgido progressivamente argumentos que ressaltam tendências à “destecnificação”, ou seja, de um retorno ao fordismo e mesmo ao taylorismo. Elas se explicariam menos pelas relações de força no mercado de trabalho e por contradições geradas pela própria racionalização, do que pelas condições de realização do capital a nível mundial. O planejamento das firmas prevê hoje repatriação de capital e remessa de lucros num prazo muito mais curto que no passado e, neste caso, o modelo taylorista seria muito mais eficiente, além de exigir pouco investimento na qualificação da força de trabalho. Taylorismo e fordismo sobreviveriam não apenas na periferia — onde a reestruturação efetiva da produção (maquinária) ainda não atinge muito mais que uma quarta parte do parque produtivo, embora seus efeitos no que concerne ao desemprego se façam sentir mais fortemente devido à rápida introdução de formas de racionalização organizativa e administrativa — mas até mesmo nos países centrais, como resultado da pressão provocada pela mundialização do capital. Assim, o momento presente não se caracteriza apenas pela racionalização sistêmica que supõe uma configuração do trabalho inovadora, mas por uma

mistura que nem sempre assegura alta qualidade/elevada qualificação/altos salários (Kern e Schumann, 1998).

Feita a ressalva do parágrafo anterior, deve-se dizer que a temática abordada conecta-se às transformações que estilhaçaram a era keynesiana e vem provocando mutações profundas nas estruturas de bem estar, as quais têm sido acompanhadas em muitas partes da difusão e aceitação a-crítica de uma ideologia antiestatista. Esta, por sua vez, informa (e igualmente se escora sobre) o desmonte de parcelas significativas dos sistemas públicos de bem estar, sob a alegação de que é preciso promover maior eficácia e eficiência na esfera dos serviços sociais. A política correspondente tem reduzido postos de trabalho no setor público e acarretado a queda da qualidade dos serviços oferecidos pelo Estado, não apenas em função da transição para novas formas de gestão, mas pela pura e simples redução dos contingentes empregados através de mecanismos os mais diversos — que vão da demissão quando autorizada em lei à aposentadoria (no tempo próprio, precoce ou proporcional/induzida) passando pelos programas de demissão voluntária. A redução das máquinas estatais que, por décadas, ofereceram aqueles serviços, também atinge, portanto, o setor terciário de maneira profunda. Mesmo assim, embora subsistam dúvidas a respeito da qualidade dos empregos gerados fora do setor industrial (Salm, 1996) e da qualificação por eles requerida, as atividades no terciário, formalizadas ou não, foram se transformando num dos mais relevantes *locus* de debate dos nossos dias.

Já indicamos que pesquisas empíricas do setor terciário e mais ainda das atividades ditas “informais”, alternativas e serviços pessoais não são numerosas<sup>9</sup>. Mas hoje maior preocupação com a pesquisa em tais áreas resulta da consciência de que, mesmo que eventualmente cresçam as alternativas à produção e à administração *lean*, não se pode pretender que a indústria e mesmo os serviços formalizados absorvam força de trabalho nas mesmas proporções que no passado. As novas formas de desemprego estrutural não desaparecerão com uma eventual “onda” expansiva mundial, muito embora seja necessário levar em conta as especificidades das formações sociais consideradas, a história dos países e sua posição no panorama mundial. Com isso, perde força a tese do desemprego como puro resultado de conjunturas e oscilações desfavoráveis, normais no capitalismo, e ganha força a idéia da inevitabilidade da busca crescente por formas alternativas de inserção no mundo do trabalho — onde tem sido argüido que o emprego perde qualidade, mas a atividade concreta pode ganhar mais qualidade. Esta constatação não supõe a aceitação da ausência de uma política de emprego nem da busca de alternativas de financiamento do bem estar. Ao contrário, políticas de emprego mais sofisticadas tornaram-se necessárias tanto quanto diferentes tipos de programas sociais e educativos, capazes de suavizar a passagem e a adaptação a formas de organização do cotidiano em que o peso relativo do trabalho monetarizado e de outras atividades se modifica. Do mesmo modo, tornou-se imperativo encontrar

---

<sup>9</sup> O livro clássico sobre o setor terciário continua sendo o de Martin Baethge e Herbert Oberbeck (1986). Esses autores estão hoje concentrados sobre a questão da transformação das biografias profissionais e sobre as possibilidades de uma “cultura” do setor terciário. Ver Oberbeck e Oppermann (1995).

fórmulas novas para financiar a aposentadoria de uma crescente população em processo de envelhecimento, os sistemas de saúde, habitação e educação.

Alguns dados a respeito do emprego em outros países, com especial atenção para um dos setores nucleares da indústria no Brasil, merecem ser trazidos à discussão num momento em que o desemprego atinge em cheio o setor metalúrgico no Brasil. Segundo Auer e Speckessen, 1996, o emprego na indústria automobilística caiu em 56% desde 1980 na Inglaterra; na França reduziu-se em 60% entre 1980 e 1993. Paralelamente este último país produziu em 1992 um volume 13% maior de automóveis do que em 1982, com 30% menos trabalhadores e 16% de *turn-over*, situação que encontra paralelo na Inglaterra — que produziu 20% mais carros no mesmo ano com menos 33% da força de trabalho empregada em 1983. Quando estes autores indicam que “a tendência ao declínio do volume de trabalho empregado é contínuo ou, no melhor dos casos, se estabiliza em patamares pouco elevados”, esta é uma afirmação que não vale apenas para a indústria automobilística, nem somente para os países centrais. A quota de desempregados na OECD ultrapassou os 35 milhões em 1997; nos 15 países da Comunidade Européia já havia atingido 18 milhões dois anos antes (10.7% da PEA)<sup>10</sup> crescendo a cada ano na segunda metade dos anos 90. Além disso, reintegrar-se ao mercado para os desempregados tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil, como mostram os dados holandeses de 1997: 45% deles enfrentam um desemprego de longa duração (Werner, 1997).

No Brasil a proporção de trabalhadores ocupados no setor secundário que caiu ao longo dos anos 80 e a PIM (Pesquisa Industrial Mensal do IBGE) aponta para uma redução do emprego industrial da ordem de 20% entre 1989 e 1993, além de indicar que, para os trabalhadores desligados da indústria em 1989, a chance de uma readmissão no setor secundário vem se reduzindo continuamente desde então. O Programa de Ajuste que acompanhou o Plano Real e as reformas conexas recomendadas pelo FMI, pelo Banco Mundial e pelo BID, porém, aceleraram este processo “pelo alto” e a partir da migração de idéias, associadas ou não à modernização tecnológica, fizeram com que a eles se somassem o impacto decorrente do movimento que pretende a redução e remodelamento do Estado. No final dos anos 90, DIEESE e SEADE vêm mostrando índices de desemprego que estão muito próximo dos 20% na grande São Paulo, enquanto que se constata — na mesma região — uma redução dos postos de trabalho na indústria de 20% entre julho de 1994 e julho de 1998, sabendo-se que tais números tendem a crescer. Em Salvador aquele índice havia ultrapassado a barreira dos 25% em 1998.

Dentro deste quadro de retração do emprego industrial de forma generalizada é preciso também considerar peculiaridades nacionais e o peso político dos segmentos sociais envolvidos no processo de transformação. Na Europa, os casos alemão e sueco precisariam ser tratados separadamente, em especial no caso da indústria de automóveis, pois a redução na Alemanha foi menor e a reestruturação das firmas suecas têm características próprias (Durand, 1994). Nos dois países a força do modelo social parece ter sido, até o

---

<sup>10</sup> Arbeitsmarktpolitik - aber wie? Resenha do livro de van der Daale, Wolfgang e Neidhardt, Friedhelm (Hrsg) Kommunikation und Entscheidung — WZB-Jahrbuch, Berlin, Sigma. 1996 IN: WZB Mitteilungen, nº 74, Dezembro 1996, p. 5. OECD. 1997 Quarterly Labour Force Statistics, Paris.

momento, decisiva para evitar demissões em massa, apesar da adoção de modelos de produção *lean*. Na Alemanha, a quota de desemprego em 1995 ficou apenas ligeiramente abaixo da média dos demais países da Comunidade Européia, atingindo 9.4%, mas foi se elevando nos anos subseqüentes, em especial nos Estados do leste. No Brasil, as taxas formais de desemprego têm crescido ano a ano e a força das organizações sociais não têm sido suficiente para contrapor-se à implantação de um modelo que atinge os embriões de política social que possuíamos e que desmonta parcelas importantes da máquina estatal, sem que este processo esteja submetido a um plano racional de adequação das mesmas a reais transformações da esfera produtiva e de preservação de quadros essenciais ao funcionamento de aspectos nucleares e estratégicos de serviços tradicionalmente estatais. E, se o enxugamento do setor privado, gerado pela modernização física da produção ou pela simples adesão a modelos de administração que poupam mão de obra e salários intensificando o trabalho, vem atingindo todos os segmentos que trabalham, o enxugamento estatal impacta fundamentalmente a classe média — o que, no caso brasileiro, consideradas suas pequenas dimensões e debilidade estrutural, termina por ter efeitos polarizadores drásticos.

A nova realidade do emprego e as profundas mudanças que vem ocorrendo nas sociedades e nos Estados, ao atingirem o conjunto da população que trabalha, imbricam profundamente as mulheres e sua posição no mundo do trabalho, embora atinjam especialmente segmentos populacionais jovens e velhos de ambos os sexos. As crescentes dificuldades dos jovens de encontrar empregos formalizados os leva a acionar conhecimentos adquiridos na socialização inicial ou habilidades modernas (como as da área da informática e correlatas) na busca de oportunidades de inserção laboral. Profissionais de meia idade que, por razões ligadas à tecnologia, às novas formas organizacionais ou à sua própria cultura do trabalho e conseqüentes dificuldades de adaptação a novas situações, foram lançados ao desemprego, encontram cada vez menos oportunidades de retornar ao mercado formal e precisam buscar novas estratégias de integração e, eventualmente, redirecionar suas atividades. Os segmentos que chegaram à aposentadoria encaram o futuro com intranqüilidade, buscando formas de manter-se vinculados ao mundo do trabalho.

Por outro lado, mais e mais as mulheres vêm-se instadas a acionar virtudes e conhecimentos domésticos para entrar no mercado, manter-se dentro dele ou encontrar nichos informais. O lar vai sendo transformado crescentemente em espaço de trabalho monetarizado, mas não somente porque nele se praticam aquelas virtudes e conhecimentos femininos passíveis de troca por dinheiro, mas porque hoje nele também montam-se escritórios e pequenas unidades produtivas que contribuem para eludir o desemprego de homens e mulheres, jovens e velhos. É verdade que este é um movimento internacional que tem conduzido a formas de acomodação as mais diversas. No Brasil, por exemplo, ainda não chegamos à organização de redes “solidárias” de prestação de serviços que entram num sistema de “créditos” passíveis de serem trocados por outros serviços — como ocorre em outros países. Também os nossos jovens de classe média e elevados níveis de educação ainda não se adaptaram plena e tranqüilamente a maneiras próprias de organizar a vida a partir do trabalho eventual como *free lancer* ou como



consultor. No entanto, marca este momento entre nós a intensificação da utilização do lar como espaço de trabalho monetarizado e a invasão crescente do espaço privado pela atividade produtiva formal e informal.

Instala-se, em tal conjuntura, uma nova divisão social do tempo. Novos conteúdos, nova forma e uma nova cultura do trabalho emergem com conseqüências importantes sobre a formação de identidades. Estas se forjam hoje vinculadas não somente às novas demandas colocadas pelo tipo misto de consumo que marca este período, mas são gestadas em situações que determinam novos estilos de vida. Tais questões integram, nos nossos dias, as análises do trabalho, cuja parte mais significativa se encaminhará para além da indústria e nenhuma reflexão sobre o setor educacional e sobre problemas ligados à qualificação da força de trabalho e dos homens e mulheres em geral poderá deixar de tê-las em conta.

O prenúncio da discussão contemporânea, porém, já vem de longe. Em especial, a partir dos anos 60, seja através dos escritos de Marcuse que, ao denunciar as mazelas da sociedade industrial avançada e ao substituir o proletariado pelos estudantes (ou jovens) e idosos como força revolucionária, sugere (décadas antes de Offe) a perda da centralidade do trabalho como motor de organização e luta política e antecipa o desemprego juvenil em uma sociedade de anciãos cujas pensões tendem a esfarelar-se, seja por autores como Daniel Bell e Alain Tourraine, que levantaram o tema do pós-industrialismo (Bell, 1973; Tourraine, 1974).

Discute-se neste volume a questão da qualificação considerando a nova realidade do trabalho e, em especial, das formas alternativas de inserção de segmentos com alta qualificação que não lograram acesso ao mercado formal de emprego, dele foram expelidos (seja por desemprego ou aposentadoria) e a ele não puderam reintegrar-se, dos que fizeram a opção por permanecer do lado de fora ou ainda dos que nele mantêm relações precárias e/ou complementares. Permeia esta discussão, nos últimos anos, não apenas a redução numérica e a importância política do proletariado supostas pelo enxugamento do emprego industrial, mas o já mencionado encolhimento das classes médias e de seu poder de compra, com correspondente expansão da iniciativa por estabelecer negócios próprios em meio ao acirramento da competição (Luttwak, 1996). Também a atravessa as condições de formação e de titulação de populações que viveram a maior revolução educacional da história da humanidade, ocorrida nas últimas quatro décadas (Ramirez e Boli, 1987), e que se conectou a preocupações com a adequação da formação às necessidades da vida econômica, não de maneira abstrata, como já acontecera desde Adam Smith, mas sob a forma concreta de macro-planejamento da expansão dos sistemas de educação. Por fim, embora também se ancore no caráter sistêmico e não pontual como tendência das transformações e da racionalidade em curso e na profunda imbricação das novas tecnologias com a mudança nas formas organizacionais propiciadas pelo controle centralizado e global, assentado sobre a microinformática, leva também em conta o caráter híbrido, heterogêneo, misto, não apenas da forma como se dão as transformações, mas da própria estrutura social, econômica e cultural brasileira, à qual concretamente nos referimos.

A parte empírica da pesquisa aborda as formas de inserção laboral — formal, informal, mista — dos que se dedicam ao setor da informática. Enfoca

também os recursos informais dos quais lançam mão os professores de primeiro grau ativos pauperizados pelo achatamento salarial das últimas décadas (e em especial dos anos 90) para complementar sua renda, bem como as alternativas de inserção buscadas e/ou encontradas por professores aposentados de todos os graus de ensino — seja pela necessidade de manterem-se ativos, seja por precisarem complementar a aposentadoria, seja como forma de elevar seu padrão de vida e de consumo ou ainda como instrumento preventivo contra a insegurança que não atinge hoje apenas os trabalhadores do setor privado, mas também os do setor público — que vêem o futuro como incerto e a velhice como ameaçadora.

Paradoxalmente, o mundo com menos trabalho é, ao mesmo tempo, um mundo no qual quase todos buscam não apenas atividade e sentido para a existência, mas concretamente trabalho assalariado, inclusive os que já cumpriram os requisitos legais para retirar-se do mercado. Fica patente a contradição entre as enormes possibilidades de consumo diferenciado, viagens, lazer e comunicação, bem como as expectativas em relação ao tempo livre e a insegurança imposta pela restrição/desregulação do mercado de trabalho e correspondente redução do ingresso individual e familiar, bem como pela desproteção crescente vinculada ao reordenamento do Estado. A possibilidade de controlar o próprio tempo esbarra na invasão da vida privada e de todo o tempo seja pelo trabalho concreto, seja pela preocupação em assegurá-lo e reproduzi-lo. A fragmentação aparece aí não apenas como realidade mas também como ideologia, cuja aceitação é condição para sobreviver no mundo precarizado e permeado pela incerteza. A crescente produção automatizada de riquezas se de um lado liquida a centralidade do trabalho na constituição dos seres sociais e amplia suas outras possibilidades, produz ao mesmo tempo uma espécie de centralidade da preocupação com a obtenção de trabalho como fonte de sobrevivência e de atividade como fonte de sentido existencial.

Se uma parcela das gerações que estão chegando hoje à idade de entrar no mundo do trabalho pode ter maior capacidade de adaptação, virtudes e habilidade para criar seu próprio meio de sobrevivência descobrindo nichos fora do mercado formal de emprego, seja para formalizar sua atividade posteriormente, seja para conscientemente manter-se à margem dele, as gerações mais velhas enfrentam com sofrimento e riscos pessoais elevados a vida precarizada e desprotegida. Passagens e ciclos de vida tradicionais foram embaralhados: já não é mais natural a trajetória escola/trabalho/aposentadoria, ligada à idade e com características estáveis próprias a cada formação social, antes e durante o Estado de Bem Estar. Na medida em que a normatização está sendo desfeita, seus riscos deixam de ser minimizados pela ação do Estado. Estamos, na verdade, frente a uma desregulação e desnortatização da vida que supõe mudança nos conceitos de juventude, maturidade e velhice. Geram-se as condições para ampliar a expectativa de vida e a juventude física e psíquica ao mesmo tempo em que se ressalta o envelhecimento precoce para o trabalho.

A qualificação, o domínio de conhecimentos básicos e específicos tornou-se central para a vida moderna ao mesmo tempo em que aquela mesma qualificação deixa de ser um fator que assegura emprego e/ou estabilidade no mundo do trabalho. A competição de muitos educados por poucos empregos

não apenas reduz o valor monetário do trabalho, mas coloca o conjunto da população numa gangorra social sem precedente que — em especial para as gerações mais velhas — provoca imenso sofrimento psíquico e perda de forças para lutar. A necessidade de recomeçar sempre, competindo não somente dentro da mesma geração mas com outras gerações, antes privativa de segmentos pouco instruídos, alcança hoje segmentos altamente qualificados e até mesmo detentores de conhecimentos estratégicos em determinados campos. Isto determina um imenso desperdício de qualificação, de conhecimento acumulado e de experiência, que se acompanha de destruidora miséria material e psicológica dos atores obrigados a buscar formas de inserção alternativa no mundo do trabalho e no mundo social, já que a gangorra que os afeta atinge de maneira direta suas relações sociais. Instala-se na realidade contemporânea um hobbesianismo que nivela todos, reduz a possibilidade de reconhecimento dos mais qualificados (reduz, portanto, a meritocracia), poda os laços de solidariedade tradicionais e cria uma nova ética pessoal, social e do trabalho.

Neste conjunto de transformações se insere o rompimento das tradicionais relações entre qualificação, *status*, inserção no mundo do trabalho e renda, fator de enorme relevância na crise por que passam os sistemas de ensino superior em todo o mundo. No entanto, a centralidade da educação é decantada em meio a tal rompimento como centralidade de conhecimentos básicos, gerais, abstratos, que se acompanham de virtudes pessoais que possibilitem a adaptação à despadrãoização e à desregulação do trabalho e do transcurso da vida.

## **2. A convivência com a incerteza**

A miséria das massas expropriadas de seus instrumentos de produção no campo, colocadas em disponibilidade como força de trabalho a ser utilizada pelo capital nas cidades que marcou a travessia do capitalismo industrial do século XIX e de parte do século XX foi acompanhada pela organização dos trabalhadores em sindicatos e partidos e por movimentos políticos que fizeram este século acreditar que era possível vencer a incerteza do futuro. Em especial as revoluções socialistas em diferentes países e partes do mundo e as políticas sociais que vieram se desdobrando desde a *Poor Law* inglesa, passando pelas medidas bismarckianas até desembocarem na construção de Estados de Bem Estar Social apoiados sobre políticas econômicas keynesianas, deram aos que nasceram no *baby-boom* pós Segunda Grande Guerra ou no período imediatamente anterior, a sensação de que, se insegurança existia, ela se localizava na Guerra Fria e não no seu dia a dia, na organização imediata de suas vidas ou em suas perspectivas de futuro individual.

O final do século XX conjuga tendências opostas. Ficou no passado o longo período em que a elevação da produtividade conviveu com pleno emprego tendencial e mesmo carência de força de trabalho, fortalecendo sindicatos e possibilitando a elevação de salários. Hoje a tecnologia devora velozmente postos de trabalho, fator que — conjugado a muitos outros de natureza econômica e política — conduz ao fim da ilusão de ter vencido a insegurança e nos coloca diante da hegemonia mundial de princípios, valores e

orientações práticas característicos do que vem sendo designado por muitos como neo-liberalismo e por alguns como pós-liberalismo (Wallerstein, 1995). O planejamento, suposto instrumento para vencer a incerteza do futuro, mostrou fragilidades não somente devido à constatação prática da impossibilidade de controlar forças sociais, hábitos e tradições culturais dos povos pela simples vontade política e ideológica, mas a limites intrínsecos a ele mesmo. As formas totalitárias de exercício do poder às quais se associou não resistiram ao efeito conjunto de contradições internas intensas, ineficiências arcaicas e avanços tecnológicos recentes. O fim de grande parcela do socialismo real coincidiu com o fim de uma era de crescimento econômico e com a crise do modelo de proteção social construído no pós guerra no mundo capitalista e vinculado a uma orientação econômica apoiada sobre a demanda, colocando também em risco — a médio prazo — a estabilidade política conquistada em muitas partes através da compatibilidade continuada entre crescimento econômico e democracia representativa. Estas duas falências, completas ou parciais, reforçaram uma ideologia que revaloriza o mercado como instância reguladora “natural” das relações sociais e econômicas, em detrimento do papel do Estado, acenando com legitimidade a combinações diversas e heterodoxas de modelos sociais, econômicos e políticos.

Por toda a parte penetrou a idéia de desregular, de desestatizar, de deixar às livres forças do mercado e às organizações sociais de variada índole dar a tônica da vida social e econômica. Isto ocorre num momento em que a tecnologia faz o panorama do emprego industrial — no que concerne ao volume da força de trabalho absorvida — caminhar para posições percentuais que se aproximam cada vez mais do setor agrícola, ao mesmo tempo em que a absorção dos contingentes liberados pelo setor terciário clássico, mais formalizado, também não logra ver-se absorvida. Esta é uma realidade social, econômica e política nova. Crescentes níveis de desemprego e incerteza convivem com imensa riqueza social, abundância e diversificação/sofisticação de objetos que devem ser consumidos por uma população cada vez mais educada e cada vez mais insegura a respeito do futuro na periferia e nos países centrais. Não se deve, porém, deixar de assinalar que — especialmente em conexão com tormentas financeiras provocadas pela especulação — as classes médias dos países periféricos ou emergentes detêm poucas possibilidades de defesa, constatando-se uma importante redução deste segmento. Este não é exatamente o caso dos países centrais, nos quais estas classes se constituíram através de lutas históricas que conduziram a sociedades mais homogêneas.

## **2. 1. A nova realidade do emprego e da proteção social**

A discussão da evolução social e do trabalho que tem acompanhado a racionalização da produção diz respeito tanto aos meios utilizados para combater a pobreza e assegurar o emprego quanto às formas de organização do trabalho e dos próprios trabalhadores. Ao provocar forte desregulação e segmentação do mercado formal de trabalho, a revolução tecnológica dos nossos dias não apenas vem lançando setores importantes ao desemprego, ao emprego precário e a uma nova realidade do trabalho em geral, mas modificando as condições das lutas obreiras (Rimlinger, 1971) que constituíram a base para o surgimento de formas diversas de proteção social e de modelos

sócio-econômicos que buscaram reduzir a magnitude dos ciclos capitalistas ou implantar alternativas socialistas. Direitos civis e proteção social foram trocados por direitos políticos ainda na Prússia do século XIX (Flora e Heidenheimer, 1979), em uma espécie de prenúncio de agruras e sofrimentos que se manifestaram na construção do socialismo restrito a um ou a poucos países. Hoje os direitos sociais estão em questão em forte conexão com o avanço da tecnologia e as profundas mudanças a que estão sujeitos o trabalho e o emprego, com claro deslocamento de propostas globais apoiadas sobre ideais de equidade para um solidarismo de base que busca soluções locais e diferenciadas para cada pequeno grupo social. Mas também estão em questão os direitos civis e políticos, no sentido de que eles vêm sofrendo o influxo do redirecionamento/cominação das atenções, dos esforços, da participação no debate e busca de solução das grandes questões nacionais e internacionais para temas comunitários e localizados. A combinação de tais tendências com a mundialização crescente é menos paradoxal do que à primeira vista se supõe, pois a multiplicidade de possibilidades e a correlata dispersão é mais facilmente compensada “em pequeno”, onde o mundo assume uma dimensão mais controlável.

A exaustão do modelo de crescimento macroeconômico que se baseou na produção em massa voltada para um mercado consumidor formado em torno do chamado compromisso fordista, que garantia salários diretos pagos através do repasse dos altos ganhos de produtividade da indústria e salários indiretos pagos através dos sistemas de seguridade social, ficou clara ainda nos anos 70 nos países centrais. A entrada massiva em cena, na segunda metade daquela década, de novas tecnologias baseadas na microeletrônica e na informática no setor industrial remodelou quantitativa e qualitativamente a utilização do trabalho, além de propiciar condições para o ressurgimento do discurso liberalizante. A mudança da base técnica, importante integrante do arsenal de elementos das crises cíclicas do capitalismo, minimizadas em profundidade e efeitos pela ação do Estado ao longo do período keynesiano, volta a constituir um bônus ao qual se debitam efeitos próprios num momento em que os Estados dispõem de menor capacidade e/ou disposição de manter certo controle sobre os ciclos e de continuar provendo níveis elevados de segurança indireta (e direta, através do emprego em empresas do setor público e na rede de proteção social) a seus cidadãos. A incapacidade de amplos segmentos do setor privado e dos Estados de absorver aqueles que buscam trabalho, obriga à procura de outras inserções no mundo do trabalho e provoca — deste modo — mudanças substantivas no modo de viver e nas atividades da população.

As transformações parcialmente incubadas até meados dos anos 70 deixaram-se ver plenamente nos países centrais ao longo dos anos 80 para desembocar de forma dramática no final do milênio. A informatização do setor secundário e dos escritórios, com os seus correlatos organizacionais e de remoldagem da forma de considerar o papel da força de trabalho é um fenômeno que marca profundamente a década dos 80. Um número cada vez menor de trabalhadores tornaram-se operadores responsáveis pela gestão do fluxo produtivo (Carvalho e Schmitz, 1990 e Coriat, 1994) ou de um sistema de máquinas, em geral através de trabalho em equipe, reduzindo-se ou eliminando-se o contato direto com a matéria a ser transformada. O trabalhador tornado responsável basicamente pelo acionamento e desligamento do sistema

ganhou a possibilidade de executar outras funções e adquirir o *status* de trabalhador polivalente ou multifuncional, capaz de substituir qualquer outro colega da equipe.

Do ponto de vista do processo produtivo, o uso das novas tecnologias de informação permitiu uma aproximação da organização do trabalho praticada na produção discreta àquela presente no fluxo contínuo. Foi neste quadro que se difundiu triunfalmente o conceito de *lean production*, expressão de formas vistas por muitos dos anos da década dos 90 como as mais contemporâneas de organização da produção e que radicalizam as tendências acima apontadas. A publicação do trabalho de Woomack/Jones/Roos (1990), que se transformou numa espécie de “bíblia empresarial” da primeira metade dos anos 90 (Auer, 1994) e cuja popularidade nos meios acadêmicos conduziu mesmo à cunhagem da sigla WJR para facilitar as referências, merece ser pontada como momento importante na sua disseminação. A radicalidade de teses como “se v. não imita as melhores práticas das firmas japonesas, v. vai desaparecer”, era tão chocante quanto a idéia de que a satisfação no trabalho já não é mais importante. Quase uma década depois o sucesso de tais idéias já não é o mesmo, mas ainda há quem considere ser a produção *lean* o único *best way* para alcançar níveis de produtividade e competitividade (e, dizem eles, de humanização) adequados à atualidade, apesar de uma crescente contestação de suas virtudes já no final dos anos 90. Trataremos aqui de discutir primeiramente a tendência ao enxugamento em suas formas mais gerais, para mais adiante introduzir a discussão das implicações e alternativas a uma produção *lean* e dos limites da competição nos nossos dias.

Formas de produção *lean* amplamente automatizadas vem atingindo inúmeros setores industriais e a indústria automobilística — sobre a qual esteve (e ainda está) calcado importante segmento dos modelos de desenvolvimento deste século e que continua sendo enormemente relevante do ponto de vista da acumulação de capital — tornou-se um setor decisivo do enxugamento. A lógica deste processo que reduz custos e provoca mudanças drásticas na gestão da força de trabalho é de natureza estritamente econômica. A organização do trabalho no “coração” da produção passa a ser mais integrada, exigindo um trabalhador no qual a especialidade se combine à formação geral e a capacidades que lhe permitam a integração em equipes, maior facilidade de comunicação e de cooperação. A despadrãoização se apresenta como produto da flexibilidade que reintegra tarefas, demanda trabalho qualificado e modifica de maneira radical as condições de inserção do trabalho assalariado.

Constata-se que à passagem da ênfase da produção em massa como fonte de lucro suplementar para a produção restrita de produtos sofisticados e personalizados (e, portanto, despadrãoizados) corresponde conceitos como flexibilidade e especialização flexível, instrumentos de competição em um mercado cada vez mais instável e cambiante. Nas firmas que adotaram o modelo da especialização flexível observa-se a segmentação dos mercados internos de trabalho (Piore e Doeringer, 1984) e a correspondente polarização entre os trabalhadores centrais e os trabalhadores periféricos (Atkinson, 1986). Além disto, em nome da elevação da produtividade e da competitividade terceirizaram-se produtos e serviços pelas grandes empresas industriais visando a redução dos custos de um processo que deve produzir apenas o essencial, contraindo drasticamente os estoques que caracterizaram a

produção de massa. A subcontratação, por seu lado, atingiu segmento importante dos empregados das grandes firmas. Ao subcontratar produtos e serviços das pequenas firmas, as grandes empresas tornam-se responsáveis pela formação de cadeias que se estendem muitas vezes até os níveis mais informais e domiciliares da produção de mercadorias e da prestação de serviços<sup>11</sup>. Este movimento reflete um mercado de trabalho extremamente heterogêneo no que concerne às qualificações disponíveis e às múltiplas formas alternativas, informais ou não, de inserção possibilitadas pelo uso da informática e das novas tecnologias.

Ao atingirem contratos de trabalho e respectiva remuneração, a despadronização e a flexibilidade geram insegurança e novas formas de desigualdade e desemprego. Se é certa a tese defendida por Kern e Schumann em 1984 (maiores chances de realização profissional e elevados padrões de vida para poucos incluídos no mercado *versus* ampla exclusão social), a capacidade de comunicação, de acesso à informação e a inserção em redes sociais passam a ser elementos cada vez mais cruciais para “ganhar a vida”. Critérios impessoais de julgamento para acesso aos postos de trabalho são substituídos pelo capital social e o mercado de trabalho se “refeudaliza”, apoiando-se em relações mais personalizadas. O critério do mérito se relativiza, o que é compensado pela abundância de competências formais e reais disponíveis. A estas transformações tem correspondido a crise do compromisso social-democrata, criando uma massa de pessoas capazes e qualificadas excluídas ou com inclusão parcial no mercado de trabalho e direitos básicos.

Neste quadro, as formas de “economia mista” em que o Estado interage fortemente com o mercado e seus serviços sociais funcionam como um sistema distributivo secundário que contribui para a demanda agregada, além de agir como instrumento de legitimação e domínio político, são colocadas em xeque. Altos níveis de proteção em países afluentes corresponderam a tendencial pleno emprego e a salários relativamente mais baixos, posto que uma parte deles estaria “desmercantilizada” ou seja, fora das regras do mercado. Em países como o Brasil, com sistemas de proteção embrionários, estes também serviram ao mesmo propósito. Mas tal como está colocada hoje, a nova realidade do trabalho vem implicando redução da proteção social preexistente.

Embora haja consenso tanto sobre diversas motivações que conduziram à montagem de sistemas de proteção social (necessidade de legitimação de regimes e de governos, pressão sindical, impacto das crenças ou estratégias sociais, econômicas e políticas que emergiram ou se fortaleceram na última guerra mundial) não faltam autores indicando que elas tendem a ser tão mais incompletas quanto mais débil o movimento social (Logue, 1979) e que, na maioria das sociedades welfaristas encontra-se, sob formas diferenciadas e específicas, algum tipo de “solução corporativa”. Há mesmo a convicção de que em sociedades com forte componente corporativo, muito mais do que naquelas com movimentos sociais atuais fortes, é mais difícil atentar contra conquistas ligadas à proteção social. No entanto, se a construção de amplos

---

<sup>11</sup> A respeito, veja-se entre outros autores italianos, os vários trabalhos de Vittorio Cappechi sobre o tema, cuja base empírica é, sobretudo, a região italiana da Emilia Romagna.

sistemas estatais de bem estar comporta variações de maior ou menor monta no modelo econômico e social, ela se calcou também sobre um modelo político apoiado em partidos de massa desradicalizados e desideologizados e sobre uma orientação econômica keynesiana na qual a intervenção estatal por vezes se fez simplesmente na forma de grandes encomendas que estimularam e orientaram a atividade econômica. Talvez por isso seja possível encontrar, entre os regulacionistas franceses, a defesa apaixonada de que os Estados Unidos também adotaram um modelo keynesiano (um keynesianismo militar e armamentista), embora a política social naquele país quase sempre tenha constituído um resíduo das políticas econômicas ou conformadas por programas no estilo da *Poor Law*.

Esboços ou embriões de Estados de Bem Estar, em formas as mais variadas, surgiram em outras partes do mundo. Suas estratégias de combate à pobreza e instrumentos de proteção estão hoje em questão pelas mesmas razões e tão intensamente quanto nos países que deram origem ao *Welfare State*, muito embora, nos países periféricos, tanto a proteção oferecida quanto as mudanças sofridas no mundo do trabalho, espelhem estruturas muito mais fortemente desiguais, combinadas e segmentadas que nos países afluentes. Mas, como se sabe, a “ponta”, o mundo desenvolvido, conta — entre outras virtualidades — com a de rapidamente difundir exigências e questões que lhe são próprias pelos países periféricos, que as absorvem com um pé na realidade e outro na ideologia.

Os limites e a viabilidade continuada do Estado-Providência e seus correlatos foram ressaltados e incorporados definitivamente à pauta de discussões de muitos países centrais a partir dos efeitos de estancamento do crescimento contínuo pela crise do petróleo aberta em 1973, mas isto não se deu imediatamente de forma global (Wilensky, 1975). Foi somente em 1980 que a OECD organizou uma reunião para tratar do assunto<sup>12</sup> tematizando problemas e acendendo focos de interrogações que só no final dos anos 90, mostrarem-se com completa clareza. Mesmo assim, há até hoje quem se pergunte se se trata de uma verdadeira crise ou de uma necessária mutação da proteção social, consideradas as condições políticas em que as mudanças se introduzem.

Os países ricos têm buscado fazer ajustes internos (transferências, treinamento, trabalho temporário, etc.) e externos (variados esquemas de aposentadoria precoce, transferências para unidades externas, etc.), procurando reduzir sua população economicamente ativa sem uma ruptura completa com as “culturas corporativas” sobre as quais se assentou a democracia e o crescimento econômico das décadas pós-guerra. No caso japonês, através dos três pilares da administração — emprego por toda a vida, salário baseado na *seniority* que se conecta a treinamento/avaliação e sindicatos por empresa — o controle da força de trabalho essencial é imenso, supondo emprego seguro para uma parcela importante da PEA. Mas a segurança no trabalho também está legalmente estabelecida de múltiplas maneiras em grande número de países europeus e tem se mostrado essencial ao êxito da produção, funcionando — em especial nestes anos de elevação da

---

<sup>12</sup> É deste período não apenas o livro de Rossanvillon (1981), mas uma série de artigos que tematizam a crise, veja-se Hirschmann (1980).



incerteza — como moeda de troca pelo engajamento do trabalhador. De qualquer forma, os estudos mostram que nos países com relações sociais “neo-corporativistas” tem sido possível manter níveis mais elevados de emprego (Auer, 1994) e de proteção social. Estas questões tornaram-se itens políticos e não apenas econômicos, em relação aos quais os governos vêem-se instados a atuar como “agências de ajuste”, diversamente do que vem ocorrendo no Brasil e outros países periféricos — onde se pretende o mais possível desvincular política e economia.

De qualquer modo, se entre nós a eficiência dos serviços públicos sempre esteve em questão, este tema foi sendo mais e mais levantado nos países centrais a partir dos anos 70. Nesta matéria, os países socialistas serviram como importante exemplo negativo, propiciando a reiteração da pergunta se a “desmercantilização do trabalho” não estaria solapando o incentivo ao trabalho e contribuindo para uma baixa produtividade, ao eliminar a concorrência. Além disso — indagam alguns — uma vez passada a austeridade do pós-guerra, não se teria propiciado uma transformação da “revolução das expectativas crescentes” em “revolução dos direitos crescentes”, gerando inflação de reivindicações e deslegitimação de governos? (Habermas, 1987). De “excessos democráticos” como expressão da crise da democracia, a *déficits* orçamentários permanentes e redução dos níveis de investimento e do lucro, tudo foi atribuído — em certa medida — à expansão dos direitos e dos serviços sociais à medida em que se avançava nos anos 80.

À crítica neo-liberal da proteção social e dos supostos perversos efeitos da “economia social” que vinha sendo feita pelo grupo reunido em torno de Hayek somaram-se constatações e críticas outras, feitas por cientistas sociais e políticos de diferentes orientações, apoiadas fundamentalmente na questão fiscal, na qualidade dos serviços e em sua distribuição (Offe, 1982). Para Mingione (1991), por exemplo, a proposta universalista embutida na própria concepção do *Welfare State* seria contraditória, pois as condições de acesso aos serviços públicos são limitadas, além do Estado não ter capacidade fiscal de prover todos os serviços essenciais. Após analisar os modelos existentes e vinculá-los às suas origens, o autor considera que o *Welfare State* compromete-se a prover a subsistência de um estrato social desempregado sem a criação paralela de incentivos à busca de alguma forma de inserção profissional, ao mesmo tempo que programas de benefícios sociais estimulam a procura de atividades informais que teriam a função de prover uma renda secundária. Esta é uma visão bastante comum entre os europeus desde os anos 80, quando ficou claro que o seguro desemprego de longo prazo podia desestimular uma procura efetiva por trabalho num momento em que os efeitos mais recentes da tecnologia sobre o emprego ainda não eram plenamente visíveis nem se combinavam com aqueles provocados por restrições aos serviços sociais. Coerente com tal visão, ele aponta o caráter intrinsecamente excludente destes programas por beneficiarem grupos da classe média ou média-baixa, deixando à margem um persistente e substancial grupo de indivíduos marginalizados, minorias étnicas, imigrantes e trabalhadores não-qualificados. Hoje, poucos veriam pleno sentido em programas de incentivo à busca de postos de trabalho que já não se multiplicam.

O mesmo autor aponta ainda áreas de fricção internas que dizem respeito, de um lado, à ineficiência de uma extensa burocracia, que — segundo ele —

apresentaria uma tendência incontrolável a crescer sem relação com qualquer incremento ou melhoria nos serviços prestados e, de outro, ao papel político central assumido por vários grupos-chave dentro da máquina estatal. Assim, Mingione justifica a seu modo, as críticas que os governos desta fase de substituição do keynesianismo por fórmulas neo ou pós-liberais consideram centrais para a desmontagem de muitos mecanismos de proteção social.

De forma bastante generalizada, os programas de proteção social passaram a ser apresentados como os vilões das contas públicas e governos das mais diversas colorações passaram a empenhar-se na privatização dos serviços como forma de desonerar o orçamento público e eliminá-lo como sistema distributivo secundário. Para tanto o papel da reconfiguração do mercado pela tecnologia é tão fundamental quanto a ideologia que a tem acompanhado. Um menor número de empregados significa menor contribuição atual para pagar débitos pretéritos, como aposentadorias e pensões cada vez mais extensas devido à elevação da expectativa média de vida. O impacto da tecnologia sobre o setor saúde encareceu enormemente a assistência, ao mesmo tempo em que preservou com vida pensionistas de idade cada vez mais elevada. A transnacionalidade do capital e sua volatilidade, por outro lado, praticamente impedem soluções que desloquem a taxação para o faturamento das empresas, impondo medidas restritivas aos benefícios sociais.

Desde há pelo menos duas décadas tem sido dito que o Estado de Bem Estar seria vítima de seu próprio sucesso (Logue, 1979) e que a inflação de demandas irreversíveis traria problemas de legitimação e ingovernabilidade. Na verdade, ele parece mais uma das vítimas da mudança da agenda social e política que foi colocando em questão os níveis de intervenção estatal na área social que emergiram da II Guerra, bem como os ideais expressos no Beveridge Report. Níveis elevados de proteção não se adequam bem a uma realidade hiper-concorrencial porque redistribuem benefícios subtraindo-se ao mercado (Morris, 1988), mas dificilmente existirão no mundo contemporâneo condições políticas para que ocorra um colapso ou uma completa privatização dos serviços (Handy, 1998), em especial na sua área mais antiga e tradicional – a educação.

No entanto, tudo é passível de modificações, com benefícios que são cada vez mais atingidos em sua forma pública com decrescente pudor político, em nome de uma concorrência que elevaria supostamente a eficiência e o empenho dos indivíduos e das instituições. Além do mais, circula hoje, contra a tese da irreversibilidade das demandas, a tese de “flexibilidade da demanda” no sentido de que — frente à crise os cidadãos nos anos 90 terminarão por aceitar sem grandes protestos alguns cortes na proteção social, muito embora prefiram que os mesmos, se necessários, se dêem em outras áreas da atuação estatal e não na política social (Roller, 1996).

Mas já em 1982, Delcourt elencava as razões para o crescimento dos custos dos serviços de bem estar, dando razões para a mutação, mas ressaltando a existência de fortes interesses criados em torno do *Welfare* e a importância dos gastos estatais dele decorrente para a atividade econômica. Apontava por um lado, o desemprego massivo “seguro”, a idade elevada da população, o crescimento das enfermidades crônicas, a extensão da proteção a pessoas sem rendimento ou com vidas profissionais curtas e descontínuas, a elevação da remuneração de alguns grupos profissionais, a escalada dos

custos de equipamentos sociais graças ao mercado cativo criado pelos serviços sociais do Estado e, por outro, as mazelas que conduzem à ineficiência do setor público e que dizem respeito aos procedimentos, ao corporativismo e à máquina de tomada de decisões e a um fluxo de benefícios que termina não sendo direcionado aos mais pobres.

Na verdade, a estas considerações adicionaram-se muitas outras ao longo de duas décadas. Em meados dos anos 90, os suecos — que resistiram fortemente à mudanças no seu sistema de proteção social — somaram-se também à discussão das “causas estruturais da erosão do modelo”, abordando as conseqüências do novo modelo produtivo que vinha atingindo em cheio o trabalho, modificando os parâmetros de funcionamento de sua indústria, internacionalizando fortemente o capital sueco e enfraquecendo os sindicatos e sua capacidade de pressão por conquistas sociais. As mudanças na produção estariam obrigando a uma adesão a um modelo desregulado e cada vez menos social (Durand, 1994). No entanto, ao constatarem o caráter estrutural da crise eles não se eximem nem da crítica da burocratização e do autoritarismo dos prestadores de serviço no Estado, nem do reconhecimento de que a abundância empurrou o usuário para a defesa do direito de escolha, em especial entre os jovens que apresentam uma demanda individualizada, cara, difícil de ser equacionada dentro dos parâmetros do atendimento em massa (Tothstein, 1994), pavimentando o caminho para a aceitação de mudanças. Assim, o “direito de escolha” que se tornou um dos pilares da ideologia privatista importada pelos países pobres nos anos 90, mostra-se também como sub-produto da afluência, como um corolário de riqueza, segurança e proteção mais do que como componente ideológico do liberalismo.

Neste quadro, observa-se um absoluto recuo em relação a qualquer proteção de caráter não contributório — paradoxal frente ao desemprego crescente, mas certamente funcional à idéia da privatização de tais serviços — e um apelo crescente a diversas formas de solidariedade, no melhor estilo anglo saxão. Ora, com o crescimento do trabalho precário, do conta-propismo e da informalização, reduz-se tanto o número de contribuintes quanto dos “elegíveis” para obtenção de serviços — retraindo-se a proteção social passível de ser obtida por setores crescentes da população. Ao mesmo tempo, a alternativa à proteção social que emergiu do pós-guerra inclui elementos como a solidariedade familiar e vicinal que há quase duas décadas<sup>13</sup> continua fazendo carreira. Ela integra o arsenal de propostas de autores que podem ser considerados utópicos, como Gorz ou Schaff, novos social democratas como Rossanvallon, ao mesmo tempo que se faz presente em programas governamentais que apelam para o “modelo de família italiana” (em contextos culturais bem pouco peninsulares) ou que propõem o retorno dos jovens e dos velhos à vida sob o mesmo teto das gerações intermediárias e o preenchimento, pelo grupo familiar, de muitas das funções de apoio e proteção antes oferecidas pelo Estado. No caso brasileiro, em que a proteção estatal nunca foi muito elevada e o modelo familiar sempre implicou proteção dos filhos até o casamento, o impacto das mudanças parece manifestar-se numa permanência ainda mais longa dos jovens sob o teto dos pais, tendência que se reforça em função dos novos arranjos nas formas de relacionamento inter-

---

<sup>13</sup>O livro de Rossanvallon (1981) tirou sucessivas edições como livro de bolso.

sexos, com redução do número de casamentos e elevação dos casos de moradia sob o mesmo teto.

Mas a discussão de caráter geral tem conduzido sempre a um ponto central: até onde é possível transferir à população os custos dos benefícios sociais, privatizando serviços que serão pagos direta ou indiretamente por aqueles que conseguirem inserir-se no mercado de trabalho ou lograrem alternativas rentáveis. No mundo pós-keynesiano à díade emprego/proteção opõe-se a atividade/desproteção. Mais e mais, reduzem-se pontualmente benefícios e privatizam serviços, ao mesmo tempo em que se apela à solidariedade familiar, vicinal e mesmo de caráter amplo. Esta última tendência, que há duas décadas era uma indicação de possibilidade, transformou-se em foco de debates a respeito da responsabilidade das famílias e das comunidades. À inserção alternativa corresponde também a solidariedade alternativa num mundo que se tornou menos democrático, no qual a população está mais exposta às leis de um mercado hiperconcorrencial.

Se por um lado a afluência do mundo contemporâneo provocou e termina por corroborar a paródia de André Gorz — “quem não trabalha também comerá” (Gorz, 1986) — ela se acompanha de insegurança e incerteza em relação a conquistas outras. Até em meio à afluência assiste-se ao retorno de um “tempo de pobreza” diretamente associado a mudanças na proteção social que atingem parte substantiva das populações. Esta nova realidade provoca mudanças nos mais variados aspectos da vida porque, onde sistemas de proteção se estabeleceram, eles também passaram a definir as fases da vida, monitorando os destinos e assegurando a continuidade biográfica. Quando o Estado Social cria novas possibilidades ou coerções em importantes setores da vida, ele modifica o conjunto das orientações de vida dos homens (Siegfried e Leisering, 1995). Se o Estado — social ou não — e antes a Igreja, como instituições que comandaram o ordenamento jurídico e a coerção, sempre recortaram as biografias, o Estado Providência o fez mais profundamente.

Embora os cursos de vida sempre resultem de uma conjugação do social e do individual, seus transcurso devem ser vistos como política (como expressão e resultado do jogo político e de políticas concretas) e o mundo contemporâneo está permitindo assistir claramente através deles à desigualdade social em transformação. A pobreza e a nova dinâmica de ascensão e descenso social tornaram arriscados os cursos de vida que, cada vez mais, oscilam entre marginalidade e normalização.<sup>14</sup> Nesta nova configuração, em que se procura retirar da política social parte de sua função histórica (combate à pobreza e segurança contra riscos em tempos difíceis), as populações estão instadas a buscar caminhos através de um “fazer carreira” na pobreza.

Mas a pobreza de hoje, em muitas partes do mundo (desenvolvido ou não), é e não é a mesma. Não por acaso conceitos como o de “novos pobres” ou de “sociedade dos 2/3”, lançados em 1984, continuam sendo até hoje usados como instrumentos diagnósticos. A pobreza mais complexa, confusa e ameaçadora dos países afluentes tornou-se um problema estrutural da sociedade contemporânea, tanto quanto a pobreza absoluta nos países

---

<sup>14</sup> Ibidem. Ver em especial o capítulo “Armut im Lebenslauf. Zur Dynamik von Abstieg und Aufstieg”: 75-209.

verdadeiramente pobres. Diante dos nossos olhos a ação conjunta do sistema educacional, das aposentadorias e do seguro contra riscos pelo Estado vem se tornando mais precária (Ibidem:47) e, desde os anos 80, aumentou a frequência do risco de pobreza e sua duração tanto quanto a intensidade da gangorra social, na qual se alternam períodos de pobreza e exclusão com períodos de inclusão e afluência no curso das biografias. Problemática tornou-se também a transição entre as grandes fases da vida em que se concentram os riscos: desemprego jovem na transição entre o sistema educacional e o mercado de trabalho; invalidez e desemprego no final da vida profissional. Na prática há uma “dinâmica etária da pobreza” descrita no começo do século que ainda tem relativa validade: em geral um ciclo de pobreza inicial pode ser superado pelo casamento, retorna quando os filhos estão crescendo, é superado quando se vão e retorna depois dos 65 anos. Ou seja, jovens e velhos sempre constituíram fortes “grupos de risco” no que tange à pobreza. No entanto, esta realidade, com a insegurança, as incertezas e os riscos que lhe são inerentes, tem se acentuado na medida em que a inserção no mercado de trabalho é cada vez mais difícil para os jovens e as aposentadorias despencam ao sabor da gestão da crise fiscal, obrigando os idosos a manterem atividades complementares para assegurar a sobrevivência.

Se os três pontos acima indicados (educação, aposentadorias e seguro contra riscos) são centrais na proteção social, a origem histórica da mesma está no terceiro (saúde, acidentes, desemprego, auxílio social) e, não pode ser esquecido que as concepções variam profundamente de acordo com a cultura dos países. Utilizar a *Poor Law* na Inglaterra ou nos Estados Unidos pode ter sido visto como uma vergonha pessoal; na Alemanha e em muitos outros países europeus, porém, os benefícios da política social são vistos como um direito do cidadão, porque a população percebe mais claramente as causas sociais da pobreza e as questões políticas e econômicas que a informam. Por isso, enquanto nos países anglo-saxões a política social residual é vista como natural, isto não é verdade na Europa Continental e, por outras razões, também esta não era a perspectiva latino-americana. A hegemonia ideológica anglo-saxônica neste final de milênio atinge, assim, formas de pensar arraigadas em outras partes do mundo e tende a reavivar e alimentar tensões sociais que vinham sendo controladas pela regulação do emprego e pela proteção social.

Merece ser mencionado que o sistema educacional é a parte da proteção social melhor assimilada pelo modelo anglo-saxão e aquela que comanda os regimes de cursos de vida, na medida em que abre ou fecha chances (Ibidem:24-28) — muito embora este argumento deva ser hoje relativizado pela abundância de qualificação provocada pela Revolução Educacional. Mas, se os sistemas de educação são parte de projetos culturais mais amplos (projetos mundiais da modernidade, nos nossos dias), direitos e chances foram e continuam sendo decisivos no transcurso da vida de cada um. A moderna individualização do curso da vida, em especial nas sociedades que organizaram sistemas amplos de bem estar, deve ser percebida como resultado da ação conjunta do Estado social e do indivíduo. Dito de outro modo, o curso de vida é campo de ação individual e de regulação institucional — dependendo, por tanto, diretamente da política social. As chances geradas institucionalmente pelas políticas educacionais são utilizadas de acordo com as disposições individuais, mas num período em que as situações de risco no

curso da vida tornaram-se mais freqüentes, dramáticas e difíceis a existência de tais chances contribui de forma mais direta para decidir destinos que precisam ser reformatados no seu percurso. Neste sentido, a educação é uma forma de proteção essencial não apenas nos países centrais mas igualmente na periferia do sistema.

Finalmente, é preciso abordar a questão da aposentadoria que — juntamente com a educação e a saúde — constitui o núcleo duro da proteção social e seu segmento mais antigo. Em especial, entre educação, trabalho e aposentadoria foi sendo progressivamente ordenado e institucionalizado o ciclo de vida das populações. O percurso das idades tornou-se previsível, passando da família à escola, ao mercado de trabalho e, finalmente, à retirada remunerada do mercado ao fim da vida ativa. A desregulação do mercado de trabalho e a retração da proteção social vem introduzindo grandes mudanças neste quadro, provocando uma destemporalização e desinstitucionalização dos ciclos de vida. Isto significa que o ordenamento dos percursos de idade tornaram-se imprecisos e aleatórios (Guillermard, 1993), não apenas porque os jovens viram ampliada sua escolaridade sem encontrar emprego posteriormente (frustrando a passagem suave ao segundo ciclo de vida, com conseqüências não apenas sobre sua vida profissional mas também sobre sua vida afetiva, sexual, reprodutiva e social), mas porque a saída dos mais velhos do mercado tem sofrido o impacto da reestruturação da proteção.

Pode-se afirmar que tanto nos países desenvolvidos quanto na periferia (ao menos para os segmentos incluídos nos sistemas de proteção) a passagem da atividade à aposentadoria encontra-se de pernas para o ar, com a multiplicação de formas de transição entre uma e outra. Frente à realidade do mercado de trabalho o que encontramos não é uma elevação da idade mínima para a aposentadoria. Ao contrário: a análise dos 5 países mais ricos da Europa e dos Estados Unidos indica uma tendência clara ao avanço da aposentadoria precoce pobre, algo que resulta em quase todos os países de uma combinação do seguro-desemprego e do seguro por invalidez com fórmulas de pré-aposentadoria que se complementam com programas de ajuda social e utilização massiva pelas empresas de fundos de pensão privados que permitem subsidiar os anos situados entre seu acionamento e a idade mínima para a aposentadoria estatal. Em diversos países, ainda com idas e vindas, tais fórmulas são incentivadas como um novo instrumento de regulação do mercado de trabalho (Graebner, 1980; Guillemard, 1986; Kohli, 1987)

A aposentadoria precoce tem provocado, além do rompimento da cronologização do ciclo de vida, sua despadroneização e descontinuidade, a necessidade de enfrentar uma mistura de novos riscos e de novas lógicas por parte da população com mais de 50 anos. São muitas as seqüências intermediárias num momento em que se rompe o pacto inter-geracional (a reciprocidade de engajamentos entre gerações), gerando crises de identidade e situações novas (Guillermard, 1993:281). Ao mesmo tempo, esta situação propicia situações inéditas que contemplam desde o ressentimento e hostilidade dos jovens em relação aos velhos por disporem estes de uma proteção e segurança que os jovens já não têm no seu horizonte, mas também que invertem expectativas dos mais velhos no que concerne à liberdade de uso dos recursos de tal proteção e os transformam em instrumento de proteção dos mais jovens por um longo período de suas biografias.

No caso brasileiro, embora estes mecanismos sejam tendenciais, parcela substantiva da população altamente qualificada em cargos públicos tornou-se alvo da aposentadoria precoce — seja pela chance aberta pela Constituição de 1988, seja pela ameaça de perda dos direitos ao longo da reestruturação em curso. Isto afeta em especial o segmento dos professores universitários e sempre constituiu um dos elementos importantes nas expectativas de transcurso de vida dos professores de primeiro e de segundo graus.

## **2.2. A segunda metade dos anos 90: limites da concorrência, da produção lean e da desproteção.**

As conseqüências da produção *lean* sobre o emprego, a desregulação do mercado de trabalho bem como as transformações restritivas das estruturas de bem estar e direitos correspondentes, vem levando setores intelectuais importantes a se perguntar a respeito dos limites do enxugamento. Na primeira metade dos anos 90 já se havia constituído um grupo de cientistas políticos de todo o mundo para discutir os custos políticos e sociais do atual desenvolvimento, para pensar cenários e alternativas possíveis, considerando aqueles limites. Para os cientistas políticos de todas as partes do mundo reunidos no chamado grupo de Lisboa<sup>15</sup>, uma excessiva competição esbarra em limites estruturais, não podendo encontrar respostas para os principais problemas do mundo hoje. Estes seriam: 1. a desigualdade sócio-econômica dentro de e entre nações, bem como a marginalização de uma grande parte do mundo; 2. a exploração e destruição do eco-sistema global; 3. a concentração de poder nas mãos de unidades econômicas não controláveis (empreendimentos multinacionais e multiterritoriais, redes globais de informação e comunicação).

Para aquele grupo, a orientação puramente no sentido do lucro, sem qualquer outro padrão razoável ou legítimo para decisões públicas e privadas, não pode conduzir à eficiência. O mercado é por natureza uma medida de curto prazo, não diz respeito ao futuro, não permite perceber a realidade nem desenvolver uma direção aceitável ou global, menos ainda garantir a ordem e a segurança. Caberia aqui a afirmação de que mercado sem Estado é um “mercado negro”. Da relação entre interesses de firmas concorrentes e de nações concorrentes surge um desenvolvimento que se dirige contra o mecanismo de mercado, que assume os contornos de novas formas de protecionismo ou de políticas industriais defensivas; um tecno-racionalismo, no qual o fluxo de conhecimentos para outras nações é bloqueado como possível vantagem na competição; um bilateralismo como meio de manter concorrentes fora do mercado. Neste sentido, a competição econômica destrói-se a si mesma num mundo de nações concorrentes que, apesar da globalização, não deixarão de existir e ter interesses próprios.

Aquele grupo propõe um sistema (um tanto utópico, diga-se de passagem, capaz de vingar somente diante de uma crise de grandes proporções) de regulação cooperativa global, como forma de controlar desenvolvimentos indesejáveis — como no caso do desemprego. Há 30 anos o nível de

---

<sup>15</sup> *Grenzen des Wettbewerbs — die Globalisierung der Wirtschaft und die Zukunft der Menschheit*. Die Gruppe von Lissabon. Luchterhand (1997) (em alemão; em inglês 1995). Com Prefácio de Ernst Ulrich von Weizäcker. As idéias que se seguem resumem a análise e as propostas do grupo.

desemprego nos então 6 países da Comunidade Européia era de 2%. Na Alemanha havia excesso de demanda e uma taxa de desemprego de cerca de 0,5%. Em 1995 aos 18 milhões de desempregados europeus, seria preciso adicionar 9 milhões na “*stille Reserve*” (reserva inativa) e cerca de 4 milhões de empregados a tempo parcial. No entanto, falta consenso sobre a forma de avaliar a política de emprego e as propostas do grupo não diferem do receituário conhecido: política mais efetiva de luta contra o desemprego, redução dos custos adicionais ao salário, crescimento através de organização flexível, apoio à reintegração de desempregados de longa duração e ofensiva qualificatória dos desempregados e também dos empregados.

Apela-se também a um programa coordenado de investimento nas áreas de informação e comunicação. A falta de um sistema de informação que permita considerar mais objetivamente os efeitos das intervenções no mercado de trabalho dificultaria montar alternativas. Além disso, não se sabe ainda como tratar medidas compensatórias e tais assuntos, na democracia, tem um custo político elevado — pois as decisões tomadas através de discussão são mais legítimas, porém nem sempre mais fáceis e rápidas. Por este motivo, elas demandam mais tempo nos países centrais que nos periféricos, onde mesmo sob regimes democráticos a dose de autoritarismo remanescente é elevada — o que possibilita a introdução de mudanças que afetam os direitos de milhões de pessoas sem oportunidade de discussão na opinião pública e provoca fenômenos nem sempre eticamente defensáveis, reveladores de uma racionalidade antiga que sempre dominou os velhos pactos das elites.

Retornando, porém ao grupo de Lisboa, ele lembra que até a recessão de 1992/3, ou seja, ao longo dos anos 70 e 80, reinava a idéia de que as instituições econômicas e sociais do “modelo alemão” (ou sueco) eram importantes para retornar à especialização na produção com alta qualidade e mercadorias competitivas. Os milhões de desempregados dos anos 90 colocaram estas idéias em dúvida, pois tem sido mais fácil resolver as questões ligadas à competitividade do que ao desemprego. Se, como ele sugere, “a melhor política social que uma economia de mercado suporta é uma boa política da ordem” (Albach, 1996), seria preciso estabelecer os limites ao mercado — e os modelos conhecidos estão sendo ultrapassados e/ou abandonados.

Se a concorrência pode encontrar seus limites nos interesses de firmas, de países ou de regiões, se as tentativas de encontrar formas mais vantajosas de inserção de países periféricos na nova ordem internacional termina por levá-los a atender demandas especiais como forma de atrair capitais elevando o nível de exploração e transferência de riquezas com desastrosos resultados econômicos e sociais, também começa a ser percebido que a produção enxuta conduz a conseqüências mais diferenciadas do que a mera exaltação de WJR. Lembremos aqui que a terceirização de produtos e serviços pelas grandes empresas industriais é um fenômeno preso aos processos que unem enxugamento e elevação da competição, sendo este o campo de uma das primeiras aproximações feitas na literatura entre a produção enxuta (*lean production*) e o crescimento do terciário. Este é um setor no qual os limites da produção *lean* e dos fenômenos dela decorrentes começaram a ser percebidos mais cedo. Há indícios de que grandes firmas têm voltado atrás, até certo ponto, na política de externalização por dois motivos: necessidade de maior



controle de qualidade e dificuldade de pequenos fornecedores atenderem as exigências de racionalização e redução de custos começam a ser igualmente claros na indústria, questões que tem levado à formulação da pergunta se não haveria alguma racionalidade, não apenas social mas propriamente econômica, em reter alguma gordura (Auer, 1994). Aliás, a intensidade e rapidez da “migração das idéias”, no caso concreto manifesto através do entusiasmo dos empresários e administradores pelas previsões e propostas de WJR, passou a ser foco de discussão e objeções ao mesmo tempo em que tais previsões e propostas foram encontrando seus primeiros limites concretos. Apenas para dar um exemplo da rapidez com que vem se dando tal evolução indiquemos que Peter Auer, ao comparar os relatórios da Volvo de 1989 e 1992, constatou que, no primeiro, sem mais rodeios, pretendia-se fechar fábricas e despedir 6.500 empregados até meados dos anos 90 em nome de *leans forms of organization*. No segundo, a radicalidade da programação já havia perdido força.

Abra-se um parêntesis para dizer que os europeus começaram cedo a contestar a idéia de Womack de que os modelos europeus continentais de organização da mudança seriam “cavalos mortos”, perguntando-se se o que hoje aparece como solidez não será a debilidade de amanhã, ou seja, se o enxugamento não contém o perigo de conduzir a economia a uma espiral descendente. O remédio macro poderia se transformar num oceano de problemas micro e Auer indagava, em meados da década, se não se deveria pensar num nível “ótimo” ao invés de um “nível máximo” de enxugamento, deixando sobreviver algumas redundâncias e desperdícios dentro do sistema — os quais funcionariam como elementos necessários para a manutenção do fluxo, contribuindo para a eficiência (Idem:28). O mesmo raciocínio valeria para a questão da proteção social.

No mesmo diapasão, os fins dos anos 90 têm visto se difundir a expressão “pós-lean”, por vezes acompanhada de reflexões a respeito das conseqüências sobre a produção e sobre o mercado de trabalho da superação do mito do enxugamento. Do mesmo modo pululam hoje os que chamam a atenção para os limites dos mercados, para a eventual inefetividade da eficiência e para os riscos de se jogar fora a criança com a água do banho (Handy, 1998). Assim, reformas que pretendem eficiência e desproteção são implementadas quando, no plano das idéias, já se começou a retomar como necessário o primado da política sobre os mercados (Esping-Andersen, 1985). No momento, porém, identifica-se algo que vai além disso. Kern e Schumann argumentam que nestes últimos anos da década dos 90, ao menos na Alemanha se estaria assistindo a uma “des-tecnificação”, uma dieta de emagrecimento tecnológico que faz recuar a flexibilidade, reintroduz a padronização e a hierarquia bem como outras características da produção taylorista-fordista (Kern e Schumann, 1988). A razão para tal regressão, cuja extensão e dimensão temporal é difícil de prever, se encontraria na intensa mobilidade do capital em busca de lucros de curto e curtíssimo prazo. A mundialização das estratégias e a adoção do *Benchmarking* (estabelecimento de marcos de referência ou metas mínimas) permitiriam comparações de todo tipo buscando a *best practice* do ponto de vista das margens de lucro e da velocidade do *payback*. Este raciocínio de nenhum modo conduziria a uma ampliação dos gastos com qualificação, mas — ao contrário — lançaria mão do

mesmo tipo de força de trabalho demandada ao longo do período fordista, sem no entanto assegurar à força de trabalho os benefícios do compromisso fordista do período anterior.

Tanto o enxugamento quanto a redução da proteção social aportaram no Brasil nos anos 90 sem o mesmo custo político dos países desenvolvidos. Isto é especialmente visível no processo de enxugamento do Estado. No entanto, a realidade mostra uma heterogeneidade de situações — especialmente visível nas culturas híbridas da periferia — que faz conviver no setor privado e no setor público realidades características de épocas econômicas as mais diversas. A decisão de enxugar convive com setores em que qualquer enxugamento é impensável, além de ter que se contar sempre com as inúmeras mediações que impõem sempre fossos entre intenções e mesmo decisões e a prática efetiva, que sempre se revela diferente do planejado. No entanto, a ideologia dominante atinge duramente a proteção social ao tentar transformar instituições públicas encarregadas de prestar serviços essenciais — como educação e saúde — em “organizações sociais”, com apelo ao chamado “terceiro setor”. Não correspondendo às tradições deste país, aqui aporta acoplada às idéias que acompanham o apelo à redução do Estado.